

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM
CARACAS**

Candidata: Glivânia Maria de Oliveira

PERFIL DA CANDIDATA



Nascida em 19 de janeiro de 1962, em Monte Carmelo (MG), Glivânia Maria de Oliveira é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1984) e possui mestrado em Teoria Política pela London School of Economics (1992), em Londres. Ingressou no Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores em 1985, tendo concluído o curso de formação de diplomatas no final de 1986. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1996 e foi aprovada com louvor no Curso de Altos Estudos (CAE) em 2007, com a defesa da tese intitulada “A Busca de Maior Democratização das Instâncias Decisórias Internacionais: o G-4 e a Elusiva Convergência com a África no Processo de Reforma do CSNU”.

No Brasil, ocupou as funções de assistente da Divisão Especial de Pesquisa e Estudos Econômicos (1987-1990); assessora e chefe, substituta, da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (1996-2000); assistente da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço (2000); chefe da Divisão das Nações Unidas (2004-2008); chefe de Gabinete da Secretaria Geral das Relações Exteriores (2010); diretora do Departamento de Organismos Internacionais (2011-2013); e novamente chefe de Gabinete da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2013-2014). Atualmente, é Diretora-Geral do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores. Também atua, desde fevereiro de 2023, como representante do Brasil, país-garante, na Mesa de Diálogos de Paz entre o Governo da Colômbia e o Exército de Libertação Nacional (ELN).

No exterior, serviu na Embaixada em Varsóvia (1993-1996), onde assessorou a chefia em temas de política interna e externa, difusão cultural, promoção comercial, consular e assistência a brasileiros. Na Embaixada em Londres, entre 2001-2004, desempenhou-se como chefe do setor de política interna e externa, tendo acompanhado temas sensíveis da agenda internacional, como a ação armada contra o Iraque, em 2003. Foi ministra-conselheira na Embaixada em Assunção (2008-2010), tendo apoiado o titular do posto especialmente no seguimento das agendas de política interna e externa e relações bilaterais com o Brasil, inclusive Itaipu. Entre 2015 e 2018, foi Cônsul-Geral do Brasil em Boston, jurisdição consular que presta serviços a uma das maiores comunidades brasileiras no exterior, estimada atualmente em cerca de 390 mil nacionais. Foi Embaixadora no Panamá entre 2018 e 2022, tendo coordenado esforços de repatriação de brasileiros na região durante a pandemia. Com o Panamá, contribuiu para a realização da I Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em nível de vice-Chanceleres, bem como abriu novas frentes de cooperação, em matéria educacional e cultural, e atuou para estimular o comércio bilateral e a retomada da cooperação técnica bilateral.

Ao longo de sua carreira, integrou delegações brasileiras em diversas reuniões bilaterais, regionais e multilaterais. Tem ampla experiência em temas da região, em função de seu desempenho, no Paraguai, como ministra-conselheira na Embaixada do Brasil, e como titular da representação do Brasil no Panamá. Atuou durante anos em temas afetos às Nações Unidas, entre os quais a reforma do Conselho de Segurança e a participação do Brasil em operações de paz, desarmamento e tecnologias sensíveis. Também acompanhou e integrou delegações brasileiras em áreas relacionados ao meio-ambiente, tendo atuado na conclusão das negociações da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes. Atuou no Comitê Nacional para os Refugiados, entre 2005 e 2008, na condição de representante da vice-presidência, exercida pelo Ministério das Relações Exteriores.

No exercício de funções na Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis e na Divisão das Nações Unidas e, posteriormente, no cargo de Diretora-Geral do Departamento de Organismos Internacionais,

foi responsável pelo acompanhamento de agendas e preparação de reuniões, encontros técnicos e processos negociadores em instâncias multilaterais e regionais, como a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), a Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ), a Conferência do Desarmamento (CD), a Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina (OPANAL), a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), o Grupo de Supridores Nucleares (NSG) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). No marco dos esforços brasileiros pela reforma do CSNU, coordenou a organização de dezenas de missões do Brasil e parceiros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão) a diversos países entre 2005 e 2008, bem como integrou delegações em gestões pela África e em Conferências da União Africana (UA).

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E VENEZUELA

I – Relações diplomáticas

1. Brasil e Venezuela estabeleceram relações diplomáticas em 1830 e, em 1905, demarcaram suas fronteiras. O Brasil divide com a Venezuela sua terceira maior fronteira terrestre (2.199 km). Por muito tempo, a Amazônia, que era pouco conectada a outras regiões dos dois países, representou uma barreira física para a maior aproximação bilateral. A partir dos anos 1970, os dois países estreitaram relações nos âmbitos bilateral e regional.

2. Com a alta do petróleo em meados dos anos 1970, a Venezuela passou a buscar maior protagonismo regional. Deu-se, no período, sua adesão à Associação Latino-Americana de Integração (1970); ao Acordo de Cartagena, que dava origem ao Pacto Andino (1973); e ao Tratado de Cooperação Amazônica (1978). No âmbito bilateral, desde 1973, encontros presidenciais regulares e frequentes visitas oficiais de lado a lado imprimiram dinamismo à agenda comum, que compreende temas de interesse estratégico, como cooperação energética, integração fronteiriça, intercâmbio comercial, temas econômico-financeiros e questões consulares e migratórias.

3. A partir dos anos 1990 são adotadas agendas estruturadas no relacionamento bilateral. Em 1994, foi assinado, pelos Presidentes Itamar Franco e Rafael Caldeira, o Protocolo de La Guzmanía.

4. Além do adensamentos das relações econômico-comerciais, os novos eixos da cooperação Brasil-Venezuela incluíam o aproveitamento da infraestrutura energética. Em 1997, interligação energética foi estabelecida pela assinatura de um acordo bilateral entre a Eletronorte e a Edelca21 para fornecimento de energia hidroelétrica venezuelana para o estado de Roraima. O acordo resultou na linha de transmissão Guri-Boa Vista com 676 km de extensão, dos quais 191 km no Brasil. Os esforços de cooperação energética com a Venezuela ocorreram concomitantemente com um processo de aproximação do Brasil com a América do Sul nos campos político e de consolidação de infraestrutura.

5. Em 2003, ao amparo do Programa de Substituição Competitiva de Importações, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os dois países passaram a explorar complementariedades econômicas. Em 2007, os dois países decidiram ampliar as áreas de cooperação para setores como desenvolvimento industrial e agrícola.

6. A partir de 2015, teve início período de distanciamento entre os dois países. Em 16 de abril de 2020, a Embaixada em Caracas foi fechada, assim como as quatro repartições consulares brasileiras em território venezuelano, que já haviam encerrado suas atividades em março do mesmo ano.

7. Após mais de seis anos de interrupção da agenda de cooperação bilateral, está em curso processo de normalização das relações entre o Brasil e a Venezuela. A Embaixada do Brasil em Caracas foi reaberta em janeiro de 2023, o que permitiu o reestabelecimento dos contatos entre autoridades das mais diferentes áreas dos dois governos. A repartição diplomática voltou também a prestar serviços consulares e assistência à numerosa comunidade brasileira naquele país.

8. O adequado seguimento da agenda de interesse comum com a Venezuela exige a retomada plena das relações bilaterais – que abrangem pautas econômica, comercial, energética, consular, migratória e de infraestrutura, entre outras. O diálogo permanente faz-se necessário também para o equacionamento das questões que afetam as comunidades brasileiras fronteiriças, inclusive comunidades indígenas, que vivem nas áreas do Arco Norte limítrofes com a Venezuela.

9. A visita do Presidente Nicolás Maduro a Brasília, em 29 de maio de 2023, representou marco relevante no processo de reatamento dos laços históricos entre os dois países. O encontro entre o senhor presidente da República e o presidente da Venezuela permitiu que os mandatários passassem em revista os temas bilaterais identificados como mais relevantes para o relançamento das relações. Foi também oportunidade para a discussão de tópicos regionais e multilaterais.

10. Ao longo de 2023, realizaram-se diversos encontros entre autoridades dos governos dos dois países. Nesses encontros, foram tratados assuntos de interesse recíproco, como proteção ambiental na Amazônia, cooperação em saúde e educação na faixa de fronteira, integração energética, a crise sanitária no Território

Indígena Yanomami, comércio bilateral, cooperação técnica e humanitária e o reestabelecimento dos pagamentos da dívida venezuelana com o governo brasileiro.

11. Do diálogo político bilateral, também fazem parte tratativas sobre o encaminhamento da crise multidimensional na Venezuela. Eleições presidenciais na Venezuela estão previstas para o segundo semestre de 2024, em data ainda a ser definida. Nos últimos dois anos, houve avanços nas negociações entre situação e oposição com vistas à realização de eleições justas, inclusivas e transparentes, em condições que sejam aceitáveis para as duas partes.

II – Relação econômico-comercial

1. O comércio do Brasil com a Venezuela é regulado pelo Acordo de Complementação Econômica N° 59 (ACE-59 MERCOSUL-Colômbia-Equador-Venezuela).

2. O intercâmbio bilateral vinha aumentando desde a primeira década do século XXI, tendo alcançado USD 6 bilhões em 2012, com superávit brasileiro de USD 4 bilhões. O Brasil tinha com a Venezuela, então, um dos maiores saldos comerciais, e o país despontava no grupo de países para o qual se destinavam as exportações brasileiras de maior valor agregado, que compreendiam bens e serviços de engenharia e do setor energético, além de investimentos em infraestrutura. A corrente comercial entre os dois países teve redução de quase 92% entre 2013 e 2019, quando caiu para USD 501 milhões. Mais recentemente, voltou a crescer, atingindo USD 1,6 bilhão em 2022, e passou a ter maior peso nas exportações pelos estados do Norte do Brasil, especialmente Roraima e Amazonas.

3. Em 2023, o comércio bilateral entre Brasil e Venezuela registrou uma corrente de USD 1,33 bilhão, entre janeiro e outubro. Houve expressivo aumento nas importações brasileiras (+ 18,3%), que totalizaram USD 336,5 milhões, e queda nas exportações (-10,5%), que totalizaram USD 989,6 milhões. O saldo comercial no período atual foi um superávit de USD 653,1 milhões para o Brasil.

4. Em termos da composição, houve mudança de perfil das exportações brasileiras, com a substituição de manufaturados por bens com menor valor agregado, em especial gêneros alimentícios. Açúcares e melaços, gorduras e óleos vegetais e adubos ou fertilizantes químicos são os principais produtos da pauta comercial hoje.

5. Estão em curso trabalhos de Mesa Técnica de negociação da retomada dos pagamentos da dívida venezuelana, pendência cuja superação é necessária para a abertura de linhas de crédito para financiar as exportações de bens e serviços brasileiros à Venezuela.

III – Cooperação Técnica

1. O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela foi firmado em 1973.

2. No contexto de relançamento das relações com a Venezuela, foi realizada missão multidisciplinar de cooperação técnica em Caracas, em maio de 2023. Durante a visita, foi negociado o Programa de Cooperação Técnica e Humanitária Brasil-Venezuela para o período de 2023 a 2025, com as seguintes áreas prioritárias: a) temas agroalimentares, incluindo soberania e segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento da fronteira comum amazônica; b) saúde, incluindo iniciativas coordenadas em zonas de fronteira; c) pesca e aquicultura, com especial atenção para a troca de experiências na organização social da pesca e da aquicultura artesanais, no fortalecimento institucional dos ministérios competentes na matéria e no desenvolvimento de projetos ligados ao cultivo de espécies autóctones e para modelos de desenvolvimento aquícola; d) temas sociais, com ênfase na transversalidade do enfoque de gênero e na superação da pobreza; e e) gestão de riscos, desastres e proteção civil, com apoio mútuo em diferentes emergências, inclusive aquelas relacionadas à mudança de clima e a situações de insegurança alimentar e nutricional.

3. A I Reunião do Mecanismo de Supervisão e Seguimento da Cooperação Bilateral Brasil-Venezuela foi realizada em Caracas, em novembro de 2023. Na ocasião, foi firmado o Memorando de Entendimento em Matéria de Pesca e Aquicultura e concluídas as negociações dos Memorando de Entendimento (i) em Matéria Social e (ii) sobre Cooperação Humanitária em Proteção e Defesa Civil em Matéria de Gestão Integral de Riscos e Desastres.

4. A implementação das iniciativas previstas no Programa de Cooperação Técnica e Humanitária Brasil-Venezuela contribuirá para reestabelecer e fortalecer vínculos institucionais que permitam a reaproximação entre as duas sociedades, com benefícios concretos para as populações brasileira e venezuelana.

IV- Infraestrutura e integração física e energética

1. A principal interligação física entre Brasil e Venezuela dá-se pelo eixo rodoviário BR-174/Troncal 10. O eixo rodoviário liga as cidades de Boa Vista e Manaus a Caracas, atravessando a fronteira nas cidades de Pacaraima (RR-Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela).

2. O intercâmbio de energia elétrica com a Venezuela é considerado de importância estratégica para o suprimento de Roraima, único estado brasileiro que não está conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Roraima recebeu energia elétrica gerada na Venezuela por meio de contrato de 20 anos entre a Eletronorte e a estatal venezuelana Corpoelec (junho/2001 a junho/2021).

3. Desde a expiração do contrato, o abastecimento elétrico de Roraima tem sido feito por termoelétricas a diesel, o que demanda difícil logística e resulta no aumento no custo de energia, além de ser mais poluente.

4. A retomada do fornecimento de eletricidade pela Venezuela representaria uma contribuição para a segurança e a estabilidade energética de Roraima e constituiria uma alternativa limpa e mais barata de energia com relação às fontes termoelétricas que atualmente garantem o abastecimento daquela unidade da federação. O Ministério de Minas e Energia estima que, além do menor impacto ambiental, a medida poderia representar uma economia de 120 milhões de reais por ano para o consumidor brasileiro. O Decreto nº 11.629, de 4 de agosto de 2023, estabeleceu marco legal para a importação de energia elétrica de países vizinhos para abastecer os sistemas isolados em território brasileiro, buscando melhorar o acesso à eletricidade das populações que vivem em regiões que não estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

5. O Ministério de Minas e Energia realizou visita oficial a Caracas em outubro, ocasião em que foi conformado grupo de trabalho bilateral para tratar da integração energética. A expectativa é de que, muito em breve, sejam iniciados testes de carga e transmissão de energia da Venezuela para o Brasil.

6. A Venezuela detém as maiores reservas de petróleo do mundo, estimadas em 304 bilhões de barris, equivalentes a 18% do total das reservas mundiais conhecidas, seguida pela Arábia Saudita (298 bilhões). No entanto, o país vem enfrentando declínio de sua produção petrolífera, com queda de 75% na última década. Atualmente, ocupa apenas a 25ª posição entre os maiores produtores de petróleo, com 732 mil barris/dia em janeiro de 2023. Em 2016, o país produzia cerca de 2,5 milhões de barris diários. O declínio da produção nos últimos anos deve-se em parte à situação doméstica mas principalmente às sanções adotadas pelos Estados Unidos, a partir de janeiro de 2019, e, em menor medida, pelo Canadá e por países europeus.

7. Na esteira dos Acordos de Barbados, assinados entre a oposição e o governo venezuelano em 17 de outubro, o Departamento de Estado dos Estados Unidos publicou nota, em 18 de outubro, em que anuncia o levantamento parcial das sanções aplicadas à Venezuela. Entre outras medidas, foi determinada a emissão de licença geral de seis meses que autoriza transações que envolvam o setor de petróleo e gás na Venezuela. Desde a publicação, diferentes países realizaram missões técnicas à Venezuela motivadas pelo interesse em voltar a atuar no setor de hidrocarbonetos no país.

IV – Temas consulares

1. Existem importantes contingentes de migrantes dos dois países em ambos os territórios. A comunidade brasileira na Venezuela compreende em torno de 13 mil pessoas. Segundo as estimativas mais recentes, haveria em torno de 500 mil venezuelanos no Brasil.

2. O fluxo de refugiados e migrantes da Venezuela é o maior da história do continente e uma das maiores crises de deslocamento no mundo atualmente. Segundo o ACNUR e a OIM, aproximadamente 7,7 milhões de venezuelanos deixaram o país. Desse total, 6,5 milhões de migrantes estariam na América Latina e Caribe, principalmente na Colômbia (2,9 milhões), Peru (1,5 milhão) e Brasil (500 mil).

3. O ingresso de nacionais venezuelanos em território brasileiro não requer prévia emissão de visto, em função de acordo bilateral (1990). A maior parte entra através da fronteira em Pacaraima (RR), onde recebe informações básicas sobre o Brasil e sobre as possibilidades de regularização migratória.

4. Na condição de residentes, os cidadãos venezuelanos que buscam proteção no Brasil recebem documentação e têm amplo acesso a todos os serviços públicos, ao mercado de trabalho formal e a todos os benefícios sociais, sem nenhuma discriminação, conforme as garantias previstas na legislação sobre refúgio (lei nº 9474/1997) e migração (lei nº 13.445/2017).

5. A Operação Acolhida, força-tarefa multisectorial para garantir o atendimento ao venezuelano criada em 2018, é considerada exemplo de resposta humanitária a fluxos migratórios. Coordenada pela Casa Civil, reúne agências governamentais, sociedade civil e organismos internacionais, e assenta-se sobre três pilares: ordenamento da fronteira (recepção), abrigamento e interiorização voluntária. Mais de 110 mil venezuelanos beneficiaram-se da interiorização, em cerca de 920 municípios.

6. A reabertura da Embaixada do Brasil em Caracas em janeiro de 2023 permitiu o restabelecimento do atendimento consular no país vizinho, antes prestado por quatro repartições consulares no país: o Consulado Geral em Caracas, o Consulado em Puerto Ordaz, e os Vice-Consulados em Puerto Ayacucho e Santa Elena de Uairén, este situado na fronteira com Pacaraima, estado de Roraima.

7. Além da expedição de documentos de viagem e outros atos notariais, o setor consular da Embaixada em Caracas presta assistência a brasileiros, inclusive aqueles detidos, que somam atualmente cinquenta cidadãos, distribuídos em diversos estados da Venezuela.

V – Cooperação Cultural e Educacional

1. No que diz respeito a cooperação em educação, estão em fase de análise os seguintes projetos de acordo: Memorando de Entendimento entre os Ministérios de Educação dos dois países; e Memorando de Entendimento sobre Cooperação Acadêmica entre as duas chancelarias.

2. Segue, igualmente, em análise, proposta venezuelana de Memorando de Entendimento entre o Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação e sua contraparte venezuelana.

3. O aprendizado do idioma português falado no Brasil desperta muito interesse na Venezuela. O Instituto Cultural Brasil Venezuela (ICBV) foi a principal referência no país no ensino do nosso idioma. O ICBV por anos foi a única instituição autorizada a aplicar na Venezuela o exame de proficiência da língua portuguesa, o CELPE-BRAS. Contudo, a situação econômica do ICBV inviabilizou-se em 2015 com o fim do convênio Embaixada-Instituto, resultando em seu fechamento.

VI – Cooperação em Segurança e Defesa

1. A cooperação relacionada à segurança pública entre Brasil e Venezuela tem ganhado importância em vista da ocorrência de ilícitos na faixa de fronteira, como contrabando, mineração ilegal e tráfico de drogas. A mineração ilegal e o tráfico ilícito de ouro são apontados como ponto de especial preocupação, por serem utilizados por grupos criminosos não apenas para obtenção de ganhos diretos, mas também para lavagem de dinheiro e financiamento de outros crimes e de contrabando. A Polícia Federal já fez operações contra o fluxo ilícito de ouro, como a “Operação Hespérides”, deflagrada em dezembro de 2019.

2. Registra-se o ingresso de colombianos e venezuelanos para atuar no garimpo em território brasileiro. Há também relatos de deslocamento de garimpeiros brasileiros da terra indígena Yanomami do Brasil para a Venezuela. É igualmente motivo de preocupação a presença de grupos criminosos dos dois países que atuam no tráfico de drogas e armas na faixa de fronteira. Há, ainda, relatos de tráfico de pessoas e contrabando de migrantes na região, impulsionado pelo êxodo venezuelano, assim como pelo garimpo ilegal.

3. De outra parte, é de interesse dos dois países o fortalecimento da cooperação bilateral em matéria de defesa. Há grande potencial de estabelecimento de iniciativas conjuntas na área de defesa. Em 2013, a Venezuela apresentou minuta de Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa entre Brasil e Venezuela. As últimas visitas dos ministros da Defesa aconteceram em 2012, a Caracas, e em 2013, a Brasília, respectivamente.

4. Até o fechamento da Embaixada em Caracas, em 2020, o Brasil mantinha adidâncias militares e da Polícia Federal na Venezuela. Com a reabertura da Embaixada, em janeiro de 2023, estuda-se a possibilidade de reativação das adidâncias.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparéncia.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Fortalecer as relações entre o Brasil e a Venezuela, favorecendo a interlocução construtiva, com vistas a promover o desenvolvimento de agenda bilateral pragmática e diversificada, correspondente ao alto potencial dos dois países vizinhos e aos históricos laços de amizade entre as duas sociedades, e assim gerar contribuições efetivas para o desenvolvimento sustentável de ambas as nações.

MISSÃO DO POSTO

Auxiliar no planejamento e execução da política externa definida pelo Presidente da República, em linha com os princípios definidos pela Constituição Federal, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a Venezuela; fomentar a cooperação bilateral em todas suas dimensões, por meio de parcerias com o governo venezuelano e com outros atores locais relevantes; e prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros e a outros nacionais no território sob a jurisdição da Embaixada.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Eficiência. Integridade. Diversidade e Inclusão social. Solidariedade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar a interlocução regular com agentes do governo local, da sociedade civil e do setor empresarial, com vistas a fortalecer os canais de diálogo e assim assegurar fluidez na realização de gestões e iniciativas de interesse para a política externa brasileira. Apoiar o desenvolvimento das

- relações de Estados e Municípios brasileiros, especialmente os fronteiriços, com o Estado venezuelano;
2. Prover tempestivamente a Secretaria de Estado de informações e análises fundamentadas sobre o cenário político interno e a ação internacional da Venezuela, bem como sobre a conjuntura econômica doméstica e a inserção internacional do país;
 3. Desenvolver uma cooperação ampla, coordenada e produtiva com a Venezuela em todas as áreas de interesse comum e regional, a exemplo do combate ao crime organizado internacional, a segurança das fronteiras comuns, a cooperação fronteiriça, a integração de infraestrutura e a cooperação energética. Prestar apoio na definição e execução da cooperação técnica, em áreas de interesse mútuo, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e, subsidiariamente, de demais prestadores nacionais de cooperação;
 4. Ampliar e consolidar a relação diplomática com a Venezuela nos âmbitos regional (UNASUL, CELAC, OTCA, entre outras) e internacional, contribuindo para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio do fortalecimento da articulação com o governo venezuelano;
 5. Contribuir para a promoção da inserção econômica competitiva do Brasil no mercado venezuelano, com foco na prosperidade mútua e no desenvolvimento sustentável de ambos os países; Acompanhar os fluxos comerciais bilaterais e apoiar o setor privado exportador do Brasil na superação de barreiras de comércio, promovendo as exportações de produtos e serviços brasileiros para a Venezuela, apoiando as empresas brasileiras que ali investem ou buscam oportunidades de comércio ou investimento;
 6. Garantir serviços de excelência em matéria de atendimento consular e de assistência a brasileiros, residentes, a turismo ou em trânsito, por meio do diagnóstico atualizado das necessidades do posto e da adequação e aperfeiçoamento do pessoal consular, dos métodos de trabalho e dos sistemas empregados e prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos venezuelanos ou estrangeiros na Venezuela, conforme as diretrizes e marcos legais do governo brasileiro em matéria migratória;
 7. Executar e ampliar ações de difusão cultural e de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, mediante iniciativas em parceria com órgãos governamentais, universidades, instituições culturais locais, atores da comunidade brasileira e do setor empresarial, além de intensificar o intercâmbio entre instituições culturais e educacionais do Brasil e da Venezuela;
 8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparéncia no trabalho diplomático do posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e capacidade de resposta e a melhorar a relação custo-benefício da atividade diplomática do Brasil na Venezuela. Cuidar da integridade e do bem-estar dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro lotados no posto e de suas famílias, em linha com as diretrizes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio, investimentos, turismo e marca país;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATA

Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil nos fluxos de comércio da Venezuela, bem como apoiar oportunidades de investimentos recíprocos

- *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de nichos de mercado para produtos brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico;*

- *Organização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado venezuelano;*
- *Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes na Venezuela;*
- *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;*
- *Apoio à organização de palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos brasileiros;*
- *Apoio a empresários brasileiros interessados no mercado venezuelano;*
- *Articulação de ações integradas com o escritório da Apex Brasil para a América do Sul;*
- *Articulação com federações de indústria dos estados, especialmente os da região Norte do Brasil, e do Distrito Federal;*
- *Diálogo com entidades setoriais e secretarias estaduais e distrital de comércio, indústria e desenvolvimento;*
- *Difusão de concorrências públicas e licitações internacionais promovidas pelo governo venezuelano de interesse de setores brasileiros;*
- *Divulgação de feiras e exposições junto a entidades empresariais de diferentes setores.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de demandas atendidas pela área responsável pelos temas comerciais da Embaixada**
- 2) Número de eventos de promoção comercial organizados com a participação da Embaixada**
- 3) Número de oportunidades comerciais identificadas para produtos brasileiros e de investimentos**
- 4) Número de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 5) Número de reuniões mantidas e/ou de projetos apoiados junto a operadores de turismo, empresas aéreas e representantes governamentais de estados e municípios brasileiros**
- 6) Número de reuniões e gestões junto às autoridades venezuelanas competentes sobre temas de comércio e investimentos**

II - Relações políticas bilaterais

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

- 1. Apoiar e avançar na normalização com vistas a contribuir para o fortalecimento das relações bilaterais, por meio do adensamento de visitas oficiais de lado a lado e da realização de reuniões de mecanismos diplomáticos de alto nível.**
 - *Apoio a visitas de autoridades brasileiras à Venezuela e autoridades venezuelanas ao Brasil, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos;*
 - *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e venezuelanos em formato presencial ou virtual.*
 - *Apoio à coordenação e cooperação na gestão das fronteiras entre entidades de ambos os países.*
- 2. Promover e fortalecer a interlocução entre as duas Chancelarias**
 - *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o Governo venezuelano, por meio do Ministério das Relações Exteriores;*

- *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Venezuela;*
 - *Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais.*
 - *Apoio à realização de encontros entre autoridades consulares das chancelarias brasileira e venezuelana.*
- 3. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa venezuelanas**
- *Manutenção ativa de contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa venezuelana, nos níveis nacional, regional e local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país e canais ágeis para o encaminhamento de temas de interesse brasileiro na Venezuela, incluindo a superação da crise multidimensional no país vizinho, por meio da realização de eleições presidenciais em 2024;*
 - *Manutenção de contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade do país nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, energético, ambiental, de ciência e tecnologia, militar e de segurança;*
 - *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa venezuelana;*
 - *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos, incluindo informações periódicas sobre o panorama político-eleitoral venezuelana.*
- 4. Contribuir para a cooperação entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e venezuelanas**
- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes governamentais, inclusive de entes federados brasileiros e entidades subnacionais venezuelanas.*
 - *Apoio à coordenação e cooperação na gestão integrada das fronteiras entre entidades de ambos os países;*
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
- 1) Número de visitas e missões oficiais de autoridades brasileiras e venezuelanas, incluindo aquelas de representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos entes federativos brasileiros
 - 2) Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa venezuelana e demais assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano
 - 3) Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e venezuelanos
 - 4) Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos, formadores de opinião, etc.
 - 5) Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e entidades subnacionais venezuelanas
 - 6) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

- 1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais que contam com a Venezuela entre seus membros**
 - *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela Venezuela em foros multilaterais, como a ONU e demais órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, entre outros;*
 - *Diálogo com representantes governamentais venezuelanos sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;*
 - *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais;*
- 2. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos regionais que contam com a participação da Venezuela**
 - *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários da Venezuela em organismos regionais e sub-regionais, particularmente na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), na Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), entre outras.*
 - *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpula de organismos regionais;*
 - *Acompanhamento e análise quanto a propostas do Governo venezuelano para iniciativas de integração regional.*
- 3. Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais e regionais que contam com a Venezuela entre seus membros.**
 - *Realização de gestões para buscar o apoio do Governo venezuelano a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas multilaterais por ano;**
Número de reuniões promovidas com autoridades sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo;
Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais.
- 2) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas regionais;**
Número de reuniões promovidas com autoridades sobre temas regionais;
Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros regionais.
- 3) Número de apoios venezuelanos a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais**
- 4) Número de apoios a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos regionais**

IV - Promoção da imagem, da cultura, da língua portuguesa do Brasil;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

- 1. Aproximar as sociedades brasileira e venezuelana por meio da difusão e da diversificação de referências da cultura nacional**
 - *Reestabelecimento da rede de contatos do posto, para além de interlocutores habituais;*
 - *Apoio e estímulo à participação brasileira em eventos culturais venezuelanos;*
 - *Elaboração de estratégias para maior inserção da cultural brasileira na Venezuela.*
- 2. Promover a indústria cultural e criativa brasileira**
 - *Interlocução com apoiadores das atividades culturais promovidas pelo posto;*
 - *Diversificação das ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros quanto por projetos de cooperação entre atores venezuelanos e brasileiros.*
- 3. Retomar as atividades de promoção cultural e educacional**
 - *Apoio a atividades de promoção da língua portuguesa;*
 - *Estabelecimento de parcerias com universidades e instituições locais com vistas à promoção da literatura brasileira e do idioma português do Brasil;*
 - *Estímulo à participação de alunos de língua portuguesa em eventos culturais organizados pela Embaixada.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 2) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão**

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente, incluindo mudança do clima;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

- 1. Promover a cooperação com a Venezuela na área de desenvolvimento sustentável e de proteção ambiental, como manejo florestal sustentável**
 - *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*
 - *Promoção da participação brasileira em eventos na Venezuela ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades venezuelanas em eventos realizados no Brasil;*
 - *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
 - *Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos para troca de experiências em matéria ambiental;*
 - *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética, e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;*
 - *Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente;*

- Apoio à concertação com a Venezuela e outros países amazônicos para consolidação de posições comuns sobre temas ambientais nas conferências e debates regionais, inclusive com vistas à implementação dos entendimentos e iniciativas adotados no âmbito da OTCA;
 - Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima na Venezuela.
2. Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.
 - Incentivo à cooperação para compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável;
 - Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.
 - Prospecção de oportunidades para diálogo técnico, projetos ou parcerias institucionais ou entre especialistas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável durante a gestão
- 2) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável por ano

VI - Cooperação em agropecuária, ciência, tecnologia e inovação (CT&I);

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Venezuela
 - Incentivo à cooperação com os diferentes níveis de governo venezuelano e instituições públicas o desenvolvimento conjunto em matéria de CT&I;
 - Elaboração de mapeamentos e análises do ambiente de CT&I na Venezuela;
 - Apoio à aproximação dos ambientes de inovação em agroindústria voltados ao desenvolvimento sustentável.
2. Apoio à aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial
 - Apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;
 - Estímulo a iniciativas de intercâmbio acadêmico, governamental e empresarial na área de desenvolvimento de tecnologias agropecuárias e em matéria de CT&I.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema
- 2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões.

VII - Cooperação em educação, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- 1. Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a regularidade de apoio a projetos de pesquisa universitária conjunta e de mobilidade acadêmica mútua**
 - *Apoio ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com suas homólogas venezuelanas;*
 - *Divulgação das oportunidades de estudo universitário e de pesquisa científica no Brasil, em especial os Programas PEC-G e PEC-PG.*
- 2. Ampliar o diálogo com a Venezuela para cooperação na área de saúde**
 - *Monitoramento das políticas públicas e iniciativas realizados pela Venezuela na área de saúde;*
 - *Apoio à interlocução construtiva entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e ao diálogo;*
 - *Apoio a operações de doação de vacinas e medicamentos entre os dois países;*
 - *Apoio a operações promovidas na área de saúde nos municípios fronteiriços.*
- 3. Incentivar a cooperação na área de segurança e defesa na zona de fronteira**
 - *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais, inclusive na zona de fronteira;*
 - *Apoio à cooperação entre as forças policiais no combate ao tráfico de drogas, de pessoas e de armas;*
- 4. Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países**
 - *Divulgação, junto aos setores interessados do governo venezuelano, de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil;*
 - *Promoção da Base Industrial de Defesa brasileira junto ao governo venezuelano;*
 - *Apoio às reuniões entre autoridades de ambos os países;*
 - *Apoio à participação governamental e empresarial venezuelana em feiras de produtos de defesa brasileiros;*
 - *Apoio ao intercâmbio estudantil militar entre ambos os países e à realização de exercícios de treinamento conjuntos.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões e contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e venezuelanas durante a gestão**
- 2) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão**
- 3) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral em saúde, defesa e segurança na zona de fronteira**
- 4) Número de contatos com autoridades de Defesa da Venezuela e de reuniões bilaterais em matéria de Defesa durante a gestão**

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

- 1. Desenvolver iniciativas de cooperação com o governo venezuelano com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações**
 - *Promoção da cooperação em áreas com externalidades positivas para as populações de ambos os países, como saúde, educação, agricultura e energias renováveis.*
- 2. Promover a atuação brasileira na prestação de cooperação para o desenvolvimento, em especial assistência humanitária, à Venezuela**
 - *Acompanhamento e desenvolvimento de projetos de cooperação e assistência humanitária com a Venezuela;*
 - *Promoção do diálogo com o governo venezuelano sobre iniciativas de desenvolvimento socioeconômico;*
 - *Promoção da cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de desenvolvimento.*
- 3. Fortalecer e promover o diálogo e a cooperação com a Venezuela na temática de direitos humanos**
 - *Defesa das posições brasileiras em discussões relacionadas a direitos humanos;*
 - *Acompanhamento da evolução do tratamento do tema de direitos humanos pela Venezuela;*
 - *Promoção da cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de direitos humanos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico**
- 2) Número de projetos e iniciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades**
- 3) Número de contatos com autoridades venezuelanas da área de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades**
- 4) Número de reuniões, gestões e outras ações na área de direitos humanos**

IX - Cooperação fronteiriça

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Incentivar a cooperação na área na zona de fronteira

- *Promoção da cooperação na área de saúde na zona de fronteira, facilitando o acesso mútuo aos serviços de saúde prestados nas localidades fronteiriças;*
- *Promoção da cooperação na área educacional e cultural na zona de fronteira, com ênfase na promoção da língua portuguesa e cultura brasileira junto à comunidade residente na faixa de fronteira;*
- *Promoção da cooperação e coordenação em matéria de combate a incêndios e gestão de desastres na zona de fronteira, com aproveitamento da infraestrutura existente nas localidades fronteiriças;*

- *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais na zona de fronteira;*
- *Promoção da cooperação aduaneira e tributária que facilite o comércio exterior bilateral;*
- *Promoção da cooperação entre órgãos de controle nacionais e entidades subnacionais para facilitação do trânsito, sobretudo o vicinal, entre as localidades fronteiriças, inclusive por meio da modernização e/ou integração dos procedimentos de controle;*
- *Promoção de iniciativas de cooperação e interlocução entre as unidades subnacionais fronteiriças de ambos os países.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação na área de fronteira
- 2) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de integração da infraestrutura física na área de fronteira

X – Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Manter canais de diálogo fluido com a comunidade brasileira residente na Venezuela.
2. Assegurar a prestação eficiente de serviços consulares de qualidade aos brasileiros residentes ou em trânsito na Venezuela.
3. Garantir a prestação rápida e eficiente de assistência consular devida a brasileiros em situação emergencial.
4. Prestar atendimento de qualidade para solicitantes venezuelanos e estrangeiros de visto de entrada no Brasil.
5. Difundir informações consulares de relevância para os brasileiros por meio de redes sociais e do portal consular do Itamaraty.
6. Dar conhecimento à comunidade brasileira de suas obrigações e direitos como cidadãos brasileiros residentes no exterior.
7. Prestar assistência consular cabível a brasileiros detidos na jurisdição do Posto.
8. Realizar visitas regulares aos nacionais presos na jurisdição do Posto e prestar-lhes o apoio cabível.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de atendimentos ao público para providências de passaportes, vistos, registros civis, procurações, entre outros.

- 2) Número de assistências consulares e repatriações realizadas.**
- 3) Tempo de processamento dos serviços consulares solicitados.**
- 4) Número de visitas a nacionais detidos na jurisdição do posto.**
- 5) Número de iniciativas voltadas para a comunidade brasileira na jurisdição do Posto.**
- 6) Registros de comentários encaminhados sobre usuários dos serviços consulares.**